



DELIBERAÇÃO ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO

Produção Gráfica (impressão e Acabamento) da Revista *Ingenium*

O Conselho Diretivo Nacional é o órgão competente para tomar a decisão de contratar, nos termos e para os efeitos do art.º 40.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pela Lei n.º 123/2015, de 2 de setembro, que altera e republica o Decreto-Lei nº 119/92, de 30 de junho, conjugado com os art.ºs 5.º e 8.º, ambos do Regulamento de Funcionamento do Conselho Diretivo Nacional, aprovado pela Assembleia de Representantes realizada em 12 de Março de 2016, tendo delegado poderes no Bastonário, na reunião do Conselho Diretivo Nacional, na Sede nacional da Ordem, em Lisboa, a 25 de maio de 2016, que nessas condições autoriza a despesa necessária inerente à contratação de Aquisição de Serviços, mais precisamente, da produção gráfica (impressão e acabamento) da Revista *Ingenium*, edição n.º 154.

1 – Escolha do Procedimento (art.ºs 18.º, 36.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, adiante designado CCP)

Com base numa pesquisa de mercado verifica-se que para a Aquisição dos Serviços pretendidos os valores previstos enquadram-se no disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º (contrato de valor inferior a € 75.000,00), pelo que, a escolha do procedimento a adotar é o Ajuste Direto.

2 – Entidade(s) a convidar (art.º 113.º e 114.º do CCP)

Flat Field, Marketing e Promoções, Lda.
Campo Raso, Edifício Heska
2710-139 Sintra
NIPC 506 947 815

Consultada a Área Administrativa e Financeira da Ordem dos Engenheiros, a escolha da(s) entidade(s) a convidar não viola o disposto no art.º 113.º do CCP¹.

3 – Aprovação das peças do procedimento (art.º 40, n.º 2 do CCP)

Aprovam-se desde já as peças do procedimento a adotar, a saber, o Convite e o Caderno de Encargos, em anexo.

¹ **Nota:** Nos termos do art.º 113.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, não podem ser convidadas a apresentar propostas entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de ajuste directo adoptado nos termos do disposto na alínea a) do art.º 19.º, na alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º ou na alínea a) do n.º 1 do art.º 21.º, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo objecto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas às do contrato a celebrar e cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas.



4 – Valor do contrato (art.º 17 do CCP)

Até ao montante máximo de € 20.000,00 (vinte mil euros), a que acrescem as taxas legais em vigor.

5 – Prazo do contrato

3 (três) dias úteis.

Lisboa, 12 de setembro de 2016.

Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires
Bastonário